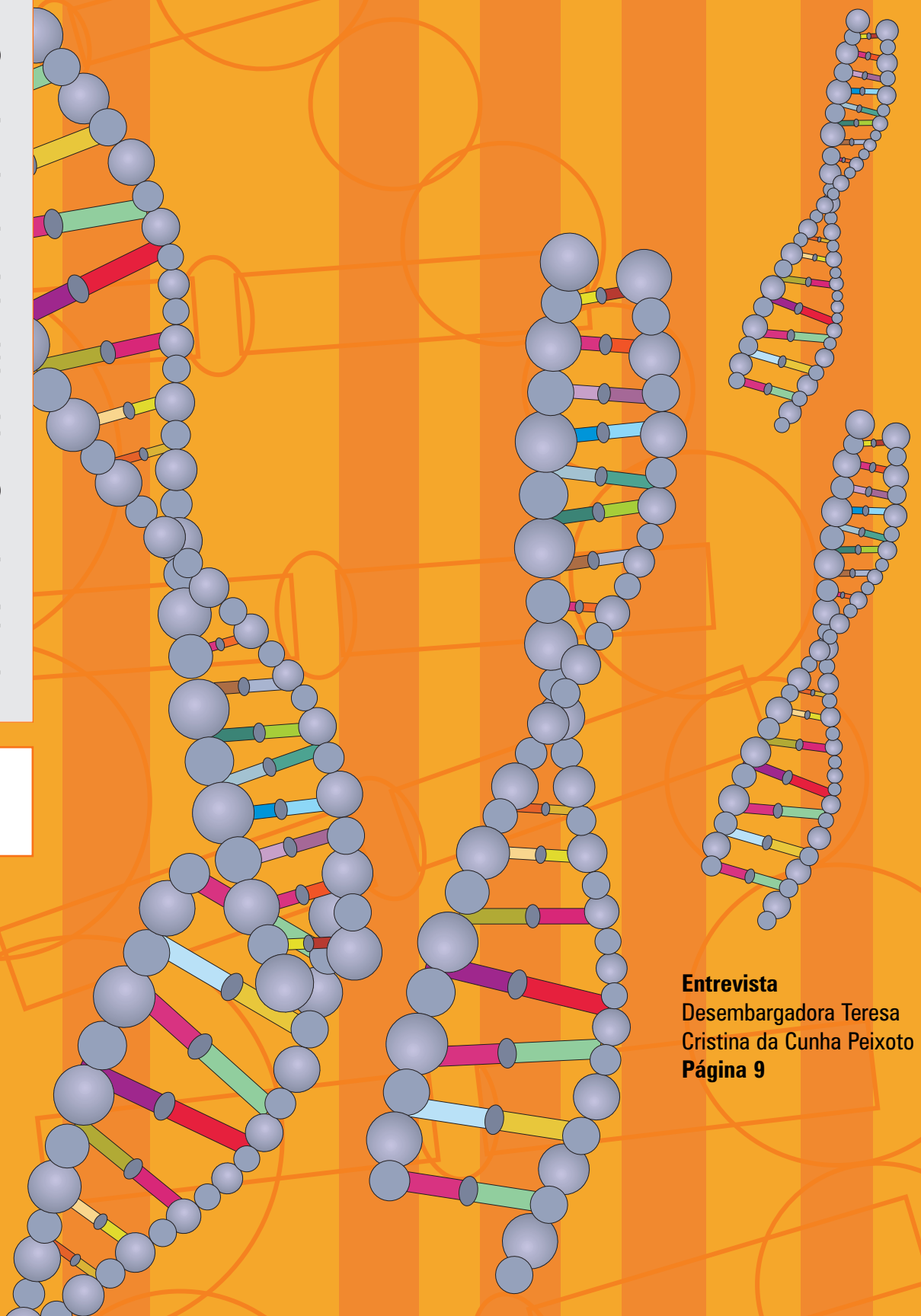


# TJMG

# INFORMATIVO

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - MAIO - 2009**  
**ANO 15 - NÚMERO 138**



**Entrevista**  
Desembargadora Teresa  
Cristina da Cunha Peixoto  
**Página 9**

## TJ lança projeto *Pai Presente*

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lançou, no início de abril, o projeto *Pai Presente*, que pretende imprimir maior celeridade à realização de exames de DNA nas ações investigatórias de paternidade e maternidade para beneficiários de assistência judiciária. Para garantir a efetivação do projeto, foi assinado contrato com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, através do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico, responsável pela realização dos exames.

**Páginas 6 e 7**

# O sentido do trabalho

No dia 1º de maio, comemora-se o Dia do Trabalho, ou melhor, o Dia do Trabalhador. A data foi estabelecida para celebrar as conquistas dos trabalhadores ao longo dos anos e relembra uma grande manifestação de operários categoria, em 1886, em Chicago, Estados Unidos.

A greve, que paralisou os Estados Unidos, questionava as más condições de trabalho e a pesada carga horária a que os trabalhadores estavam submetidos, representando 13 horas diárias. O movimento ficou conhecido como a Revolta de Haymarket.

Na França de 1889, os sindicalistas lutavam pela jornada de oito horas de trabalho diário. Em 1919, o Senado francês ratificou as oito horas e proclamou o dia 1º de maio, como feriado nacional. No Brasil, a data foi instituída em 1925, por decreto do presidente Artur Bernardes. Essas são algumas curiosidades sobre o 1º de maio.

Ano após ano, o dia é comemorado mundo afora, nem sempre com entusiasmo e euforia. Com as crises sociais decorrentes de problemas econômicos mun-

diais e a adaptação das relações de trabalho à nova realidade, entra em cena a flexibilização das leis trabalhistas, na modalidade de contratos temporários, empresas terceirizadas, estágios e outras. Essa nova forma de tratar e pensar o direito dos trabalhadores não deve, no entanto, usurpar os direitos constitucionais adquiridos pela classe trabalhadora brasileira.

Uma certeza que se pode ter é a de que não há mercado para absorver a demanda e o desemprego é comum tanto no Brasil, quanto em países economicamente muito desenvolvidos, o que tem contribuído para aumentar as filas de inscrição dos milhares de candidatos a uma vaga nos concursos públicos.

Outra questão diz respeito à realidade do mercado, que tem sofrido grandes transformações nos últimos tempos, como, por exemplo, os avanços tecnológicos e a maior participação feminina. Ainda assim, as pesquisas apontam a desvalorização da mão-de-obra feminina e mostram que as mulheres recebem menos que os homens, mesmo ocupando cargos e funções similares.

Essas questões são recorrentes e demonstram os nós e os avanços ao longo da história. Existem muitas falhas. Não há dúvida de que o caminho é o da evolução. Por outro lado, o trabalho jamais pode estar dissociado do sentimento de afinidade por parte de quem o exerce e, consequentemente, do entusiasmo em exercê-lo da melhor maneira possível.

Sem o reconhecimento do trabalho como uma missão importante e necessária na nossa vida, a jornada diária torna-se enfadonha e estressante. É preciso ter sempre em mente a questão social envolvida, especialmente quando se trata de serviço público, para que as energias não sejam exauridas em vão, causando mágoa e adoecimento.

Procurar no trabalho uma fonte constante de realização é um desafio a ser enfrentado a cada dia. Pressupõe renovação e o propósito de fazer melhor, superar as adversidades e valorizar a trajetória empreendida tanto para o crescimento profissional quanto para o alcance da paz social.

## Tribunal de Justiça do Estado de MG

**Presidente:** Sérgio Antônio de Resende;

**1º Vice-Presidente:** Cláudio Costa;

**2º Vice-Presidente:** Reynaldo Ximenes Carneiro;

**3º Vice-Presidente:** Jarbas Ladeira;

**Corregedor-Geral:** Célio César Paduani;

**Superintendentes de Comunicação:**

Alexandre Victor de Carvalho, Antônio

Armando dos Anjos; **Secretário**

**Especial da Presidência:** Luiz Carlos

Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia

Simões; **Assessor de Comunicação**

**Institucional:** Ronaldo Ribeiro; **Gerente**

**de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Editoras e Jornalistas Responsáveis:**

Ione Bernadete Dias - RG n° 1929/MG

e Patrícia Melillo - RG n° MG

04592/JP; **Revisão:** Ione Bernadete;

**Design Gráfico:** Úrsula Baião e Daniel

Fantini; **Fotolito e Impressão:** Lastró

Editora Ltda.

**Ascom TJMG:** Rua Goiás, 253 - 1º

andar, Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:**

31 3344-8039

**Ascom Fórum BH:** 31 3330-2123

**Tiragem:** 3 mil exemplares

## Errata

### Hino

O hino do PJD, time de futebol formado por servidores do TJ, é de autoria de Warlen Teodoro Rodrigues, Joaquim Daniel e Marcelo Garcia de Paiva, e não apenas de Warlen Teodoro Rodrigues, conforme foi divulgado na edição de abril.

### Entrevista

O servidor Geraldo Haroldo de Paiva, entrevistado da edição de março do TJMG Informativo, é natural de Abre Campo e não de Carangola, conforme foi publicado.

## Gutemberg da Mota e Silva toma posse no TJ

Rossana Souza

No último dia 16 de abril, o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, empossou o magistrado Gutemberg da Mota e Silva no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A cerimônia foi prestigiada por magistrados, autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, servidores, parentes e amigos do empossando.



# Banco de Sentenças

## facilita pesquisas

Rachel Barreto

Oferecer à comunidade jurídica mais uma fonte de pesquisa, divulgar as decisões dos juízes mineiros, ajudar a formar uma base de conhecimento da jurisprudência mineira, dar mais subsídios para os magistrados nortear seu trabalho. Os objetivos do novo Banco de Sentenças da 1ª Instância são ambiciosos e, se depender do empenho dos envolvidos, serão alcançados rapidamente.

A nova ferramenta de consulta, criada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, já está funcionando desde abril, oferecendo o texto integral de centenas de decisões de 1º grau, inclusive dos Juizados Especiais, no *site* da Ejef ([www.ejef.tjmg.jus.br](http://www.ejef.tjmg.jus.br)). O Banco oferece aos usuários diversas opções de consulta para facilitar a pesquisa e organizar o grande volume de material disponível. Pode-se consultar as sentenças através de nome do juiz, matéria, assunto ou área do Direito. Todas as sentenças são precedidas ainda de titulação, com o uso de verbetes que facilitam a sua identificação pelos usuários.

### Fonte para o Direito

Para o 2º vice-presidente do TJ e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes, a divulgação das sentenças é importantíssima para garantir o intercâmbio constante entre os magistrados e ajudar a sedimentar o entendimento das questões. “A prestação jurisdicional se faz, sobretudo, através dos precedentes. A magistratura de 1º grau tem uma grande importância, pois a ela cabe enfrentar as questões de pronto, de imediato, e assim

vai se formando a jurisprudência, uma das fontes do Direito.”

Porém, não havia ainda uma forma de divulgação tão eficiente dessas decisões. “As sentenças são públicas, mas não são divulgadas”, aponta Rosane Brandão Bastos Sales,

da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas da Ejef. “Como pesquisadora, eu percebia que essa divulgação fazia muita falta para os juízes, para nortear as decisões. Acho que o Banco vai ser um facilitador muito grande”, afirma Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, diretora-executiva de Gestão da Informação Documental.

Para Dirce Bahien-

se, da Diretoria-Executiva de Suporte aos Juizados Especiais (Dijesp), a divulgação será importante para que os magistrados saibam qual o teor e o direcionamento das decisões, o entendimento dos ou-

tros juízes. “O Banco de Sentenças já atende em parte a necessidade de informação e a busca de uniformização do entendimento e da jurisprudência. É importante até mesmo para os juizados informais”, afirma.

### Inscrições

“Minhas decisões são todas baseadas em consultas. Busco saber qual o entendimento majoritário para formar meu próprio entendimento e dar mais garantia ao julgado”, afirma o juiz Oilson Schimitt, da comarca de Varginha. Oilson foi um dos primeiros a enviar sentenças para o Banco e pretende continuar com as contribuições. “É dando que se recebe. Na medida em que recebo, nada mais justo do que eu contribuir também”, conclui.

“Agora, o juiz de 1º grau poderá dar sua contribuição efetiva não só naquela causa determinada, que muitas vezes fica escondida no Foro da comarca. Com isso, vamos ter oportunidade de fazer um apanhado geral de todas as demandas que estão tramitando no Estado”, destaca o desembargador Reynaldo Ximenes.

**A**gora, o juiz de 1º grau poderá dar sua contribuição efetiva não só naquela causa determinada, que muitas vezes fica escondida no foro da comarca...



### Ejef homenageada com selo

No dia 29 de maio, os Correios lançam selo comemorativo em homenagem à Ejef. O selo traz uma montagem com a fachada do Palácio da Justiça e a imagem da deusa grega Têmis, retratada em quadro que está exposto no salão da Corte Superior do TJMG. A Escola Judicial foi reconhecida pelos Correios graças a sua importância no contexto do Poder Judiciário.

# Pregão do TJ é duplamente premiado

Lucas Loyola

*Melhor Edital de Pregão (2008) e Pregão Presencial 2008 – com maior quantidade de rodadas de lances* foram as premiações recebidas pelo TJMG, no IV Congresso Brasileiro de Pregoeiros, realizado de 16 a 19 de março de 2009, em Foz do Iguaçu, na cerimônia de entrega do *III Prêmio 19 de março*.

Criado pela Editora Negócios Públicos do Brasil, em 2007, o *Prêmio 19 de Março* tem por objetivo o reconhecimento das principais contribuições para a melhoria da eficiência no serviço público, na área de compras públicas, com a utilização do pregão. A indicação de 19 de março corresponde à data de realização do primeiro pregão no Brasil, promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O edital premiado, considerado categoria principal, trata da contratação de empresa de serviços de transporte rodoviário de cargas para a Região Metropolitana de Belo

Horizonte, responsável pela operacionalização da mudança da unidade Francisco Sales para a unidade Raja Gabaglia. A elaboração do edital foi feita pela Coordenação de Apoio à Licitação (Coali), subordinada à Gerência de Compras de Bens e Serviços (Gecomp), pela Coordenação de Contratos e Assessoria Jurídica, responsável pela análise e aprovação do edital, todos eles, setores subordinados à Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep).

O gerente da Gecomp, Henrique Campolina, considera a premiação "o reconhecimento nacional pela excelência dos trabalhos desenvolvidos no TJ e consequente ratificação dos procedimentos aqui adotados".

Para a servidora e pregoeira Sheilla Santos, os editais do TJ, de modo geral, servem de referência

para todo o País, por serem resultado de um estudo de padronização dos instrumentos convocatórios dos pregões. "O edital tem que estar em conformidade com a lei. Se ele é bem feito, evita impugnações, recursos, revisões", conclui a servidora.

## Atualização

O coordenador da Coali, José Carlos Barbosa, e Sheilla Santos, que participaram do Congresso de Pregoeiros, avaliaram positivamente o evento. Segundo eles, o congresso possibilitou o esclarecimento de questões polêmicas, atualização de informações sobre as práticas realizadas em todo o País e o intercâmbio de experiências.

É o segundo ano consecutivo que o TJ é agraciado com o *Prêmio 19 de Março*. Em 2008, foi contemplado na categoria *Sistema de Registro de Preço (SRP) - Maior número de Caronas*, no processo de aquisição de microcomputadores.

**O edital tem que estar em conformidade com a lei. Se ele é bem feito, evita impugnações, recursos, revisões'**



Equipe da Coali responsável pela elaboração do Edital



Servidores do TJ participaram do Congresso de Pregoeiros

# Judiciário e imprensa: a Justiça mais perto do cidadão

Wilson Menezes

Visando aprofundar o relacionamento do Poder Judiciário com os profissionais de imprensa, bem como com os universitários que atuam nessa área, a Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) promove, a partir de maio, o *Encontro com a Imprensa*, e, nos dias 2 e 3 de junho, o 4º Seminário: *Judiciário para Comunicadores*. Os objetivos são também romper com a tradição de ser o Judiciário o mais hermético dos três segmentos do Poder e reforçar a aproximação com a imprensa, sem dúvida alguma, o mais legítimo canal de diálogo com a sociedade.

No *Encontro com a Imprensa*, os superintendentes de Comunicação do TJMG, desembargadores Alexandre Victor de Carvalho e Antônio Armando dos Anjos, falam sobre a estrutura dos segmentos do Poder: Judiciário, Legislativo e Judiciário, de forma didática. Abordam as formas de ingresso na carreira da magistratura, as atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e esclarecem quais órgãos se relacionam com o Poder Judiciário.

Os magistrados também apresentam aos profissionais de imprensa as ações inovadoras do TJMG, como os Juizados de Conciliação, o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), entre outros. Finalizam a palestra explicando termos jurídicos como decisão, despacho, sentença, acórdão, veredicto, liminar e tutela antecipada.

## Programação

O 4º Seminário *Judiciário para Comunicadores*, previsto



Renata Mendes

Os desembargadores Alexandre Victor de Carvalho e Antônio Armando dos Anjos em recente Encontro com a Imprensa na Rádio Itatiaia

para os dias 2 e 3 de junho, das 9h às 11h15, terá como tema *Internet e Justiça*. Magistrados, promotores, jornalistas, professores, estudantes e interessados vão discutir a relação entre o Poder Judiciário e *internet*, além das aplicações tecnológicas no trabalho dos profissionais de direito e dos jornalistas.

Na abertura do evento, sob a coordenação da jornalista Sidneia Simões, o desembargador Fernando Botelho fala sobre *"O projeto de lei de cybercrimes e a liberdade na internet"*. O magistrado vai abordar, entre outros temas, a preservação da liberdade na rede mundial de computadores, a privacidade e a intimidade no meio eletrônico.

Na sequência, a coordenadora do curso de jornalismo do Centro Universitário de Belo Horizonte e professora da Pontifícia

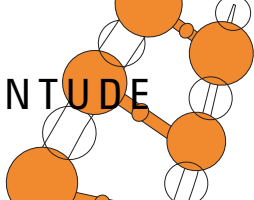
Universidade Católica de Minas Gerais, Lorena Tárzia, vai falar sobre *"Transformações socioculturais com a internet"*. Durante a apresentação, a professora vai refletir sobre como a utilização da *internet* tem transformado as relações culturais nas sociedades modernas. O jornalista e professor do Centro Universitário Newton Paiva, ex-diretor dos portais Terra e Uai, João Castro, vai comentar os temas apresentados.

## Crimes na internet

Já no dia 3 de junho, a promotora de Justiça, da Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, Vanessa Fusco, esclarece a atuação do Ministério Público no combate aos crimes na *internet*. Sob a mediação do

jornalista Reinaldo Gomes, o consultor em Tecnologia da Informação, Henrique Serra Negra, detalha quais são as novidades e as tendências da tecnologia da informação e dos meios de comunicação. A coordenadora do Projeto Teia MG, da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Paula Cardoso, será a comentarista da manhã.

O Seminário será realizado no auditório do Anexo I, na rua Goiás, 229, em Belo Horizonte. As inscrições podem ser feitas através do Portal TJMG, entre os dias 11 e 27 de maio. Para o credenciamento, no dia do evento, o inscrito deverá levar 1 kg de alimento não perecível. Será entregue certificado de participação aos presentes. Mais informações, podem ser obtidas através do telefone (31) 3237-6568.



# Convênio processo



Patrícia Mellilo

O juiz Reinaldo Portanova destacou a importância do exame de DNA na ação de investigação de paternidade/maternidade

“Ao iniciar o acompanhamento do adolescente e sua família, percebe-se que esse grupo, na maioria dos casos, estava com seus direitos básicos negligenciados, e o ato infracional é como um pedido de socorro”

## Vanderleia Rosa

A solução para uma luta de vários anos. Assim o juiz da 3ª Vara de Família do Fórum Lafayette, Reinaldo Portanova, definiu o projeto *Pai Presente*, lançado no último dia 7 de abril, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O projeto pretende imprimir maior celeridade à realização de exames de DNA nas ações investigatórias e negatórias de paternidade e maternidade em que as partes sejam beneficiárias da assistência judiciária.

Para garantir a efetivação do projeto, foi assinado, na solenidade de lançamento, contrato com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (Nupad), responsável pela realização dos exames. O contrato foi possível graças a um convênio de cooperação técnico-financeira firmado entre o TJMG e a Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de apoiar o programa de realização de exames de DNA.

Ao descrever o projeto, o juiz Reinaldo Portanova destacou a importância do exame de DNA na ação de investigação de paternidade/maternidade: “O DNA é um elemento de convicção poderoso para o reconhecimento espontâneo”. Reinaldo Portanova ressaltou que o projeto representa o comprometimento do pai com a assistência da criança, e permite realizar o que determina a Constituição: garantir proteção integral ao menor.

Durante a solenidade, o juiz Portanova agradeceu a sensibilidade do presidente do TJ, desembargador Sérgio Resende, do corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, e do Governo de Minas. Confiante, declarou que a iniciativa possibilitará ao Judiciário vencer a demanda represada, em torno de

oito mil pedidos de exame, diminuindo a angústia das partes e dos juízes de varas de família.

## Segurança

O presidente do TJ declarou que o *Pai Presente* significa segurança para o filho, chamando os genitores à responsabilidade para o necessário amparo emocional, afetivo e financeiro. Lembrou que havia um grande anseio da Corregedoria-Geral de Justiça e dos juízes das varas de família de todo o Estado para que fosse solucionado o problema.

O desembargador Sérgio Resende informou que o Executivo, por meio de sua Secretaria de Estado de Saúde, arcará com os custos dos exames de DNA, e, numa primeira etapa, contemplarão os pedidos até então represados. Caberá ao Poder Judiciário assumir os procedimentos para o bom andamento do projeto, como controle das requisições, execução das despesas, pagamento ao laboratório escolhido, dentre outras iniciativas, completou.

Na oportunidade, o presidente do TJ agradeceu o apoio recebido do Governo do Estado e da UFMG. Agradeceu ainda ao corregedor-geral de Justiça, ao diretor do Foro da Capital, Marco Aurélio Ferenzini, ao juiz Reinaldo Portanova, pela sua luta incansável, e a toda a equipe do Judiciário, lembrando que as soluções são, sempre, resultados do trabalho conjunto.

O diretor da Faculdade de Medicina da UFMG, professor Francisco José Penna, representando o reitor Ronaldo Tadeu Pena, revelou a satisfação da faculdade por mais uma importante interface com a sociedade. Citou outros projetos e ações de importância social que a instituição já desenvolve, exclusivamente com

# imprime agilidade em de DNA

recursos públicos, ressaltando a responsabilidade social do projeto *Pai Presente*.

Já a sub-secretária de Inovação e Logística em Saúde do Estado, Jomara Alves da Silva, ressaltou que a cooperação entre o Judiciário e o Executivo vai possibilitar a ampliação da capacidade de atendimento à sociedade.

## Agilidade

A escolha do laboratório da UFMG obedeceu a vários requisitos, dentre eles, a possibilidade de promover a coleta de material tanto na capital quanto no interior. Nas comarcas do interior, a coleta será feita por meio de parcerias com laboratórios locais.

Atendida a demanda acumulada, a proposta do

projeto é reduzir o prazo entre o ingresso do pedido, a data para a coleta do exame de DNA e a audiência para divulgação do resultado. Sua execução permite, com maior segurança, um reconhecimento espontâneo da paternidade/maternidade pelas partes e subsidiar os juízes com uma prova científica para a formação do convencimento.

A aplicação, desenvolvimento e coordenação do projeto estarão a cargo do TJMG, através da Coordenação do DNA pela 3ª Vara de Família da comarca de Belo Horizonte.

A solenidade de lançamento do projeto *Pai Presente* e assinatura do contrato com a Faculdade de Medicina da UFMG foi prestigiada por vários magistrados, servidores e convidados.

Solenidade marcou assinatura de contrato entre dirigentes do TJ e da UFMG





Renata Mendes

Sistema de videoconferência interligou o fórum à unidade prisional

# Alvará eletrônico agora também em Uberlândia e Uberaba

## Raul Machado

Um marco importante na transição da Justiça de papel para a digital, em comarcas do Judiciário de Minas, foi registrado nas cidades de Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro, no final de abril.

Dois presos foram colocados em liberdade, em Uberlândia, de forma totalmente fora do habitual: o juiz Joemilson Donizetti Lopes assinou os alvarás de soltura, digitalmente, e o ato foi assistido através do sistema de videoconferência, interligando o Fórum à unidade prisional, o que possibilitou a todos os presentes acompanharem o momento em que as algemas foram retiradas.

O mesmo se deu em Uberaba, onde o juiz da 2ª Vara Criminal, Habib Felipe Jabour, colocou em liberdade um preso da Penitenciária Professor Aluísio Inácio de Oliveira. Em menos de 10 minutos, a ordem de soltura já se encontrava na unidade prisional para ser cumprida.

As duas solenidades de registro da expansão do sistema, já utilizado na capital, ocorreram nas sedes dos fóruns locais das duas cidades e contaram com a presença do presidente do Tri-

bunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Sérgio Re-

**A Justiça está vivendo uma época de mudança de paradigmas, com o fim do papel e chegada dos arquivos digitais'**

sende, do corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, e da secretária-adjunta de Defesa Social, Soraia Ghader, representando o secretário Maurício Campos Júnior, além de outras autoridades.

## As prioridades

Antes da expedição do alvará, o assessor especial da Presidência do TJMG para assuntos de tecnologia e gestor da implantação inicial do projeto, desembargador Fernando Botelho, explicou o funcionamento da ferramenta e sua conformidade

com a legislação vigente. Para o desembargador, o alvará de soltura eletrônico "supera os entraves burocráticos que o papel causa". Disse também que a Justiça está vivendo uma época de mudança de paradigmas, com o fim do papel e chegada dos arquivos digitais.

Após a soltura – transmitida ao vivo – o presidente do TJMG disse não haver nada mais gratificante para o Poder Judiciário e para o Executivo do que iniciar esse procedimento, colocando em liberdade quem não precisa mais ficar preso.

Em seu pronunciamento, o desembargador Célio César Paduani ressaltou que o alvará de soltura eletrônico está sendo implantado também nas varas de família. O corregedor destacou a segurança que o alvará eletrônico dá aos magistrados e, consequentemente, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado.

O presidente da Comissão de Tecnologia da Informação do TJ, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, revelou que, em médio prazo, o objetivo é unificar os sistemas de gestão de processos das 1ª e da 2ª Instâncias. Segundo o desembar-

gador, a unificação facilitará a troca de informações entre as instâncias.

## Liberdade instantânea

A redução do tempo, entre a expedição eletrônica do alvará (em que são usados o Sistema Hermes e o Siscom), e a colocação da pessoa em liberdade, impressiona. No método "antigo", em alguns casos, a pessoa aguardava várias horas até que a ordem chegasse à unidade prisional em que estava. Com a ferramenta digital, a colocação da pessoa em liberdade é praticamente instantânea.

A expansão do alvará de soltura eletrônico no interior ocorre simultaneamente com a capital. Em operação desde o dia 24 de junho do ano passado, na Vara de Execuções Criminais (VEC) de BH, o alvará de soltura eletrônico começa a ser usado em todas as varas criminais, de Tóxicos, de Precatórias Criminais, nos Tribunais do Júri e na Central de Inquéritos da Capital.



# “Mãe, com M maiúsculo”

Ione Bernadete

A genética, certamente, explica o entusiasmo e a paixão com que a desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Teresa Cristina da Cunha Peixoto, narra a sua trajetória na carreira jurídica, mais especificamente, na magistratura mineira. É filha do desembargador Régulo da Cunha Peixoto, que presidiu o TJMG, e neta do desembargador Eustáquio da Cunha Peixoto, do mesmo Tribunal, ambos magistrados de carreira. O tio Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, desembargador pelo Quinto Constitucional, foi também ministro do STF. Apesar do legado, Teresa Cristina conta que os estudos com disciplina sempre ocuparam boa parte do seu tempo e que dedicou muitos anos de sua vida à advocacia, desde que se formou em Direito até o momento em que se sentiu preparada para dar sua contribuição à magistratura. “Só então postulei a participação na Lista Sêxtupla da OAB e tomei posse no então Tribunal de Alçada no dia 11 de dezembro de 2000”, conta a desembargadora que, antes disso, foi procuradora do Estado, cargo exercido por meio de concurso público.



Rossana Souza

“É como se a vida inteira eu tivesse sido magistrada”

**TJMG Informativo - Após 22 anos exercendo a advocacia, como foi a transição para o cargo de juíza?**

**TCCP** - É como se a vida inteira eu tivesse sido magistrada. Tomei posse no dia 11 de dezembro e, no dia seguinte, participei como vogal da sessão de julgamento da 2ª Câmara Cível, ocasião em que emiti posicionamentos que foram sedimentados na minha carreira no Alçada e permanecem nos dias atuais. Desde recém-formada, advoguei muito junto à 2ª Instância, fazendo sustentação oral, numa época em que as mulheres quase não frequentavam os tribunais. Assim, fui me familiarizando. No TJMG, sou integrante da 8ª Câmara Cível, desembargadora superintendente da Área de Orçamento desde a gestão anterior e hoje atuo, por designação do desembargador Sérgio Resende, na consecução de medidas que darão efetividade à Lei Maria da Penha.

Desde recém-formada, advoguei muito junto à 2ª Instância, fazendo sustentação oral, numa época em que as mulheres quase não frequentavam os tribunais.”

**TJMG Informativo - E por falar em Lei Maria da Penha, como está o andamento da Vara? Já está efetivamente funcionando?**

**TCCP** - Em agosto do ano passado, foram iniciados os procedimentos relativos à implantação da 14ª Vara Criminal, que terá competência para julgar os conflitos decorrentes da Lei Maria da Penha em Belo Horizonte. Antes disso, em abril, participei na Assembleia Legislativa de um Encontro que contou, entre outros, com representantes do Ministério da Justiça. Nessa ocasião, o Tribunal con-

seguiu uma parceria com o Ministério, através da Secretaria da Reforma do Judiciário, garantindo o repasse de R\$ 750 mil, o que possibilitou a sua implantação. Além da 14ª Vara Criminal, que será brevemente instalada, a 1ª Vara Criminal também atua no julgamento dos feitos relativos à violência doméstica contra as mulheres nesta capital. Com a saída da Vara Infracional da Infância e da Juventude da avenida Olegário Maciel, no ano passado, e face ao pouco espaço

existente hoje no Fórum Lafayette, por determinação do presidente do Tribunal de Justiça e do corregedor-geral de Justiça, ficou estabelecido que as duas varas seriam transferidas para lá. Em projeto pioneiro no país, ali será instalado também um Centro Integrado da Mulher com atendimento interinstitucional, e inauguração prevista para o próximo mês.

**TJMG Informativo - Com a agenda tão lotada, como fica a mulher e mãe Teresa Cristina? A senhora se dedica a algum hobby?**

**TCCP** - Sou essencialmente mãe, com M maiúsculo. Embora considere o TJ a minha vida, a vida que escolhi e que tem me dado muitas alegrias, as minhas filhas Ana Clara, Ana Júlia, Ana Teresa e Ana Cecília são a razão do meu viver e estão acima de tudo. Tenho, sim, os meus hobbies que são a leitura e filmes antigos.

# VoIP melhora comunicação no TJ

Francis Rose e Maria Luíza Gondim

Até junho deste ano, nove prédios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que ficam na capital, terão os telefones convencionais substituídos por aparelhos de *Voice over Internet Protocol*, o *VoIP*. O sistema de comunicação permite que as ligações sejam feitas através da rede de computadores do TJ. Na prática, é como se os servidores do Tribunal estivessem fazendo uma chamada com áudio usando programas como o *Skype* ou o *MSN*. A diferença, no TJMG, é que a chamada não será feita com o uso de um microfone ligado ao computador, mas por meio de um aparelho telefônico compatível com a tecnologia *VoIP*.

Danielle Alvim, uma das responsáveis pela implantação do sistema no Tribunal, explica que não há dificuldades para se adaptar ao uso do novo aparelho, apesar de muitos servidores, num primeiro momento, ficarem assustados. "O telefone tem um *display*, que vai mostrando ao usuário todas as operações que podem ser executadas", orienta.

O funcionamento do aparelho de *VoIP* se parece com o de um celular. "Ao tirar o telefone do gancho, o usuário deve digitar o zero e, em seguida, o número do telefone para o qual deseja discar. Logo depois, ele precisa apertar a tecla *V*, que é como se fosse a tecla *Send* do celular", detalha Danielle Alvim.

O novo sistema está ligado à rede de computadores do Tribunal, porém, foram adotadas as medidas técnicas necessárias para que o tráfego do *VoIP* não interfira na rede de dados. Todo o trabalho de implantação do novo

sistema está sendo conduzido pela Gerência de Manutenção e Controle do Patrimônio Imobiliário (Gemap) e pela Gerência de Infra-Estrutura Tecnológica (Getec).

Até agora, o *VoIP* já foi instalado na Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário (Copat), na Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patri-

da Juventude (JIJ), no Edifício Mirafiori e na Unidade Raja Gabaglia. Até junho, o sistema será implantado nos prédios da rua Goiás. Em 2010, a meta é ampliar o sistema para outros três prédios da capital.

## Transferência

Danielle diz que a mudança mais perceptível para o usuário é a transferência de ligações entre ramais, processo que ficou mais lento. Para ela, no entanto, as vantagens são maiores. "Além de dispensar a chamada local entre os setores do TJ que funcionam em prédios diferentes, os aparelhos oferecem vários recursos aos usuários", lembra Danielle. Assim como em um celular, os aparelhos têm bina e viva-voz, permitem fazer chamadas em conferência, possuem tecla mudo e apresentam a listagem das chamadas recebidas, não-atendidas e discadas.

"A redução nos gastos com telefonia não foi o único motivo para adotar o *VoIP*. As centrais telefônicas do Tribunal estavam obsoletas e enfrentávamos dificuldades para encontrar peças de reposição. Assim, o Tribunal de Justiça corria o risco de ter sua comunicação interrompida por falta de peças para a manutenção dos equipamentos", explica Danielle.

Izaltino José Soares Filho, coordenador da Copat, diz que a implantação do *VoIP* melhorou muito a comunicação do setor com outras áreas do Tribunal, substituindo as chamadas locais por ligações entre ramais. Na Copat, o sistema foi implantado no final do ano passado. Inicialmente, os servidores enfrentaram dificuldades para se adaptar aos aparelhos. "Nem sabíamos o que era *VoIP*, mas não tivemos medo de encarar a nova tecnologia. Hoje, todos estão adaptados e vimos que o sistema é muito tranquilo", descreve.

**Nem sabíamos o que era *VoIP*, mas não tivemos medo de encarar a nova tecnologia. Hoje, todos estão adaptados e vimos que o sistema é muito tranquilo'**

mônio (Dirsep), no Centro Operacional (Ceop), no Fórum Lafayette, na Corregedoria-Geral de Justiça, no Juizado da Infância e

Rossana Souza

Implantação do novo sistema está sendo acompanhada por técnicos do Tribunal e por um analista de sistemas da Siemens, empresa responsável pelo equipamento



# Concurso escolhe histórias de conciliação

Edson Junior

Até o dia 31 de agosto deste ano, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais vai receber as inscrições para o concurso "Uma foto e uma história de conciliação", que vai selecionar narrativas e imagens alusivas ao tema. Elas serão utilizadas na campanha publicitária para a Semana da Conciliação 2009. O concurso é aberto a magistrados, servidores, terceirizados, estagiários do TJ, representantes do Ministério Público, defensores públicos, advogados e conciliadores.

Para participar do concurso, o candidato deve apresentar, em um texto de até 20 linhas, em fonte *Times New Roman* e corpo 12, a narrativa de um acordo obtido por meio da conciliação. Além do texto, a pessoa deve apresentar uma foto ilustrativa do ocorrido,

que pode mostrar o momento em que o acordo foi feito ou alguma outra imagem que remeta à história narrada. Os personagens da narrativa podem ser identificados ou não, mas a história deve ser verdadeira. A foto deve ser impressa em tamanho 10X15 cm e deve ter sido feita pelo autor do texto. Cada participante pode inscrever até dois trabalhos.

## Inscrição

Ao inscrever seu trabalho, o participante assinará uma declaração cedendo gratuitamente ao TJMG o direito de utilização das histórias e imagens na campanha pela conciliação. Na avaliação do desembargador Antônio Armando dos Anjos, presidente da

Comissão da Conciliação e superintendente de comunicação do Tribunal de Justiça, um dos pontos de destaque do concurso é a sua abrangência. "O diferencial desse concurso é o fato de estar aberto aos operadores do Direito de um modo geral. Essa é uma forma de mobilizar todos os envolvidos com a Justiça para a questão da conciliação, garantindo mais adesão e, conseqüentemente, mais sucesso. Não podemos esquecer que a solução através do acordo beneficia a sociedade, trazendo mais harmonia e autonomia das partes para a solução dos seus conflitos", enfatiza.

O vencedor será premiado com um *notebook*. A comissão julgadora irá selecionar outros 15 trabalhos que receberão menção honrosa. O regulamento e a ficha de inscrição para o concurso estão disponíveis no endereço [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br).



O concurso vai selecionar narrativas e imagens alusivas à história da conciliação em Minas

**N**ão podemos esquecer que a solução através do acordo beneficia a sociedade, trazendo mais harmonia e autonomia das partes para a solução dos seus conflitos

## Sua participação é essencial para a Comunicação do TJ

De 15 de maio a 16 de junho, será realizada pela *intranet* uma pesquisa para avaliar os meios e os processos de comunicação do TJMG. A opinião de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários vai ajudar a Ascom a desenvolver ações de comunicação integrada com você. Participe.



Cena do filme  
*Brutalidade* (1947)

## Cineclube TJ retrata *Brutalidade* na cadeia

Lucas Loyola

A partir de um artigo do jornalista *Mark Hellinger* (1903-47), *Richard Brooks* (*A Sangue Frio*, *Entre Deus e o Pecado*) escreveu o roteiro de *Brutalidade* (1947), principal matriz dos filmes de prisão.

A ação se passa numa cela, na penitenciária *Westgate*, onde seis homens, liderados pelo gangster *Joe Collins* (*Burt Lancaster*), rebelam-se contra as atitudes sádicas do capitão *Munsey* (*Hume Cronyn*). A rotina

brutal da cadeia é mudada quando esse grupo planeja uma fuga em massa.

A direção sensível do norte-americano *Jules Dassin* ressalta a idéia de desesperança e claustrofobia: um negro cantarolando rimas, como se estivesse marcando as cenas; um velho calendário com o rosto de uma mulher, que serve para lembrar aos membros do grupo o motivo que os levou para lá (dando abertura para *flashbacks* que os mostram do "lado de fora", nem tão maus ou criminosos como se pressupõe); um capitão sádico que espanca os presos ao som de *Wagner*.

*Brutalidade* é o primeiro grande filme das carreiras de *Burt Lancaster* e *Jules Dassin*. Tanto para o ator quanto para o diretor, este filme foi uma verdadeira revelação aos olhos do grande público. *Lancaster*, que tinha surgido no ano anterior com *Os Assassinos* (*The Killers*, 1946), de *Robert Siodmak*, manteve-se em alta por mais de 40 anos. Ele trabalhou com alguns dos mais importantes diretores do mundo, como *Fred Zinneman*, *Luchino Visconti*, *Louis Malle*, *John Frankenheimer*, entre outros.

O reconhecimento do trabalho de *Dassin* como cineasta não impediu que o Comitê de Atividades Antiamericanas, presidido pelo senador *Joseph McCarthy*, incluísse seu nome na lista de comunistas de *Hollywood*, em 1952.

## CLICK DO LEITOR

A basílica de São Estevão está localizada em Budapeste, capital da Hungria. É o maior edifício religioso do País, com capacidade para 8.500 pessoas. A basílica começou a ser construída em 1851 e foi concluída 54 anos depois. Nela, encontra-se a relíquia mais importante da cristandade húngara: a mão direita mumificada do rei Estevão (975-1038), primeiro rei da Hungria e fundador da igreja naquele país.

Rafael Luciano Pinto - 12ª Vara de Família de BH

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

